
A produção sobre infância indígena em periódicos de antropologia brasileiros

Production on indigenous childhood in brazilian anthropology journals

Fernando Schlindwein Santino

Klinger Teodoro Ciríaco

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP)

Resumo

Objetivamos apresentar resultados de um mapeamento de artigos científicos publicados em periódicos de Antropologia sobre infância indígena, temática esta objeto do trabalho de doutorado do primeiro autor. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-analítico, que teve como fonte de produção de dados trabalhos publicados em cinco revistas qualis A, respeitando as cinco regiões do país. Os estudos selecionados, em síntese, apontam para a necessidade de reconhecermos as diferentes culturas e infâncias indígenas que integram a pluralidade cultural brasileira. Dada a experiência de contato com a produção da área, é possível afirmar que a Educação Infantil indígena ainda é um campo pouco explorado quando o assunto envolve questões étnicas da diversidade de povos originários existentes na contemporaneidade, o que faz desta constatação uma necessidade emergente em investigações.

Palavras-chave: Mapeamento; Infância indígena; Antropologia da Criança.

Abstract

We aim to present the results of a mapping of scientific articles published in Anthropology journals on indigenous childhood, a theme central to the doctoral work of the first author. This is a qualitative, descriptive-analytical research that used works published in five A-rated journals as a source of data production, covering the five regions of the country. The selected studies, in summary, emphasize the need to recognize the different cultures and indigenous childhoods that contribute to the cultural diversity of Brazil. Given the experience with the field's production, it can be asserted that indigenous Early Childhood Education is still a relatively unexplored field when it comes to ethnic issues related to the diverse indigenous peoples in contemporary society. This makes the acknowledgment of this gap an urgent necessity in research.

Keywords: Mapping. Indigenous childhood. Anthropology of Children.

1. Introdução

O artigo em tela é fruto de reflexões expressas na pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A investigação em curso é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo N°: 2022/09965-8, a qual toma como base, para a escrita deste texto, a seguinte questão: o que dizem os trabalhos publicados sobre a infância indígena brasileira?

Buscando responder a indagação, o texto objetiva apresentar resultados de um mapeamento de artigos científicos publicados em periódicos de Educação e Antropologia sobre infância indígena. Para alcançar o proposto, adotamos como critério de análise a seleção de, no mínimo, um periódico por região do país em termos de representatividade destes, o que não necessariamente significa dizer que as experiências relatadas pelas/os autoras/es localizadas/os sejam especificamente da região a que a revista encontra-se vinculada. A apreciação crítica das publicações destaca qual direção os artigos selecionados caminham no sentido de problematizar seus focos, contextos e possíveis diálogos com a tese que estamos a desenvolver.

2. Referencial teórico

Diferentes culturas apresentam-se nas instituições de Educação Infantil, com base nisso, anunciamos a relevância de se pensar um currículo intercultural dado o movimento migratório de povos originários (indígenas) em diferentes regiões do país para os centros urbanos, a exemplo de Mato Grosso do Sul. Assim, acreditamos, amparados em autores(as) da área, que o respeito e a valorização das diferentes culturas pode contribuir para a exploração matemática, em uma perspectiva de currículo intercultural (Walsh, 2009), a partir do conhecimento, discussão das possibilidades e incorporação de brincadeiras culturais indígenas no cotidiano da vivência junto às crianças em instituições públicas de um município do Centro-Oeste que atende indígenas da etnia Guarani e Kaiowá no sistema educacional urbano, especificamente no Sul de Mato Grosso do Sul.

O brincar transforma-se em "[...] uma fantasia muito próxima ao real (...) o que permite a ela inventar, renovar e discordar" (Smole, 2003, p. 68), contudo, como pesquisadores, estamos ciente de que na brincadeira existe a representação de papéis, existe um jogo etc. no entanto, o ato de brincar em si não pode ser "[...] sufocado por qualquer exploração indevida de uma brincadeira, mesmo que ele tenha uma finalidade

pedagógica" (Idem, p. 20). Na interação, possibilitada pela ação do brincar, as crianças socializam-se umas com as outras, lidam com conflitos, aprendem, refletem, dialogam. Portanto, defendemos que a brincadeira pode ser um caminho para constituir um currículo intercultural.

Para este fim, a princípio, é de elementar importância desconstruir a ideia de que "índio é tudo igual" (Zoia; Peripolli, 2010), ou seja, conforme a epígrafe da introdução, não podemos generalizar, devemos ter ciência das especificidades de cada povo. Para além desta visão errônea cristalizada pela sociedade brasileira eurocêntrica, de que "índio é tudo igual", faz-se necessário evidenciar a existência de diversas infâncias.

Corroborando a ideia de se pensar infâncias, no plural, os estudos da antropóloga Clarice Cohn (2005), para assim, poder evidenciar a emergência de um currículo intercultural. Antes de definir o termo Interculturalidade, é de igual importância definir a compreensão acerca do termo cultura, amparado em Cohn (2005). Cultura é muito mais do que crenças e valores, "[..] é aquilo que faz com que as pessoas possam viver em sociedade compartilhando sentidos" (Cohn, 2005, p. 19) pode-se definir cultura como "[...] uma lógica particular, um sistema simbólico acionado pelos atores sociais a cada momento para dar sentido a suas experiências" (Cohn, 2005, p. 19). Assim, destacamos que na interação cultural entre crianças, as brincadeiras infantis que são apreendidas umas com as outras são de suma importância.

Ao reconhecermos que currículo, desde a Educação Infantil, significa o conjunto de práticas das quais crianças participam, estas são também práticas culturais. Neste sentido, a construção de um currículo intercultural precisará de elementos que considerem o cuidar e educar à todas as crianças, valorizando as especificidades da criança, das infâncias e de cada cultura presente nos espaços da Educação Infantil com base no diálogo e em práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade cultural, ou seja, que as professoras possam acolher e incluir as crianças das etnias sub-representadas socialmente de maneira equitativa.

Assim como Cohn (2005) menciona acerca da simbologia que extrapola o mundo da criança, Smole (2003, p. 69) destaca que para compreender a simbologia da comunicação matemática "[...] é importante e necessário encontrar sentido nos símbolos da ciência matemática e compreender os seus significados para poder raciocinar e expressar-se com linguagem específica da matemática".

É de suma importância um currículo que respeite e valorize as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, por exemplo, uma vez que está previsto nas diretrizes (Brasil, 2010). A Interculturalidade na Educação Infantil urbana pode ser um caminho possível para promover práticas pedagógicas consistentes com a realidade, fundamentadas em teorias que respeitem e valorizem a cultura indígena. Neste caso, pensando a Educação Infantil, acreditamos ser de suma importância a mudança na postura e nas práticas pedagógicas das professoras ao educarem as crianças indígenas, tendo em vista que "A articulação do imaginário infantil com o conhecimento social e a adoção das culturas da infância como foco na referenciação das condições e possibilidades das aprendizagens pode contribuir para a reinvenção da escola pública" (Sarmiento, 2007, p. 38). Ações estas sempre com base no diálogo e mediadas "[...] pelo trabalho de interpretação feito pelas crianças, apoiadas pelas professoras" (Sarmiento, 2007, p. 23).

Em síntese, frente ao exposto nesta seção, consideramos urgente a necessidade de investimentos "para" e "com" a formação das professoras, da Educação Infantil, para que possam desenvolver um trabalho em prol de uma educação emancipadora, cuidando e educando matematicamente (Ciríaco, 2020) considerando as diversas infâncias, dentre elas, a indígena (Cohn, 2005). Assim, as professoras poderão promover a ampliação de suas práticas pedagógicas para contribuir com o desenvolvimento da linguagem matemática das crianças.

3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-analítico, que teve como fonte o mapeamento de artigos científicos publicados em periódicos *Qualis A* (A1, A2, A3 e/ou A4). Neste entendimento, tivemos como base metodológica estudos de Lakatos e Marconi (1996, p. 142) que apontam o levantamento de dados como sendo "[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema." Além disso, acreditamos que o mapeamento do conhecimento já construído socialmente corrobora para que as próximas pesquisas possam usufruir deste para aprofundar, neste caso, a compreensão de infância indígena no Brasil. Ao encontro desta ideia, autores como Poupart, Pires, Groulx, Deslauriers e Mayer (2008, p. 134) afirmam que:

[...] é preciso ler o que os outros escreveram antes de nós; de certa forma, subir sobre seus ombros para conseguir ver mais além (...) essa prática se formula sobre

uma concepção do conhecimento considerado como cumulativo, segundo a qual o progresso de um serve de ponto de partida para o outro.

Consideramos de elementar importância este mapeamento para identificar os temas de pesquisas que foram e são silenciados, com base nisto, justificamos a escrita reflexiva da tese de doutorado em desenvolvimento, tendo em vista que a infância indígena está sendo silenciada.

Tabela 1: Relação de artigos selecionados

Títulos dos periódicos/Região	Número de textos encontrados
Amazônica – Revista de Antropologia (Norte)	2
Anthropologicas (Nordeste)	1
Tellus (Centro-Oeste)	2
Revista de Antropologia da UFSCar (Sudeste)	15
Espaço Ameríndio (Sul)	8
Total	

Fonte: Os autores (2023).

Os artigos foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão/exclusão: ser publicado em uma revista *qualis* A vinculada à uma das cinco regiões do Brasil e ter como temática central discussões sobre infância Indígena. Para chegar nos critérios anunciados, primeiramente, buscamos por periódicos da área de Educação que abordavam, exclusivamente, questões indígenas. Ao fazer essa busca nas cinco regiões do país, encontramos apenas duas revistas indexadas nesta área que compunham revistas específicas da área indígena: Tellus (Centro-Oeste) e Espaço Ameríndio (Sul).

Em seguida, foi necessário adotar um novo critério que pudesse compor revistas nas demais regiões. Consideramos os periódicos de Antropologia, uma vez que a temática indígena está indexada no campo antropológico/cultural. Feito isso, as revistas com as quais trabalhamos foram: Amazônica - Revista de Antropologia – A2 (Norte)ⁱ; Revista Anthropologicas – A2 (Nordeste)ⁱⁱ; Tellus – A3 (Centro-Oeste)ⁱⁱⁱ; Revista de Antropologia da UFSCar – A3 (Sudeste)^{iv}; e Espaço Ameríndio – A2 (Sul)^v. Os nomes das etnias e as regiões dos povos indígenas serão apresentados na próxima seção.

As palavras-chave adotadas para a seleção dos artigos com base nos critérios pré-estabelecidos, foram inseridas no mecanismo de busca das revistas (popular lupa), sendo elas: "Infância"; "Infâncias"; "Infância Indígena"; "Infâncias Indígena"; "Educação Escolar Indígena" e "Criança e Criança Indígena".

Assim, como a opção foi pela lupa de busca não tivemos neste texto um período de marco temporal para localizar os trabalhos.

4. Análise dos artigos selecionados

Apresentaremos os dados por região. Na região Norte (estado do Pará) analisamos a *Amazônica – Revista de Antropologia*. Os trabalhos localizados foram: Oliveira, Ana (2019) e Rosa (2022). Oliveira, Ana (2019, p. 874) construiu um ensaio fotográfico que "[...] ilustra a Wyrâu'haw, conhecida como Festa da Menina-Moça ou Festa do Moqueado". Este ensaio refere-se a um ritual do povo Tenetehara/Guajajara que estão localizados na pré-Amazônia maranhense e falam a língua Tupi. Segundo a autora: "Esta festa marca a passagem da mulher Tenetehara/Guajajara da infância para a vida adulta. Ela é composta por três momentos: Mandiocaba, ou Festa da Mandiocaba, Caçada e Festa do Moqueado" (Oliveira, Ana, 2019, p. 874). O ensaio de Oliveira, Ana (2019) retrata a Festa do Moqueado, evento que ocorreu em 2016, na aldeia Lagoa Quieta, Terra Indígena (TI) Arariboia. O significado da palavra Wyrâu'haw é o momento da passagem e de transformação das meninas para a idade adulta.

Nas considerações finais, Oliveira, Ana (2019) com base em Renato Sztutman (1998, p. 124) mencionou sobre o sentido/significado que a festa possui entre os "[...] Waiãpi, povo Tupi da região amazônica: "É a atividade ritual – a festa – a instância capaz de colocar em prática este processo de transformação, essa incessante necessidade de transpor o plano das relações empíricas à comunicação com outros planos" (Oliveira, Ana, 2019, p. 874).

Rosa (2022, p. 303) desenvolveu o artigo com base em um acontecimento que envolveu a retirada compulsória de uma criança Warao dos braços de sua mãe por uma conselheira tutelar, na rua, no momento em que a criança acompanhava a mãe vendendo artesanato na rua. A autora buscou "[...] refletir sobre a dimensão moral que perpassa as tecnologias de governo empregadas para administrar e regular a presença de uma população indígena em situação de deslocamento forçado dispersa por inúmeras cidades brasileiras".

Para análise, a autora utilizou "[...] documentos que compuseram o processo judicial interposto à Vara da Infância e Juventude pela Defensoria Pública do Estado (DPE)" (Rosa, 2022, p. 303). Nas considerações finais, Rosa (2022, p. 303) enfatiza que este conjunto de elementos "[...] indica que a gestão da infância Warao no Brasil transita entre a proteção e o controle desses sujeitos e de suas famílias - esse último, note-se bem, comumente disfarçado de proteção".

Na região Nordeste (estado de Pernambuco) selecionamos a Revista AntHropológicas. O único trabalho selecionado foi: Alvares (2004).

Alvares (2004, p. 50) busca refletir sobre "[...] os processos de produção de aprendizagem e de conhecimento em situações escolares em contextos interétnicos e interculturais – os processos da educação escolar indígena", tendo como foco compreender a inserção da escola na vida social, bem como na cosmologia, no que diz respeito à formação e aprendizagem das crianças e jovens indígenas, realizando uma análise da escola diferenciada na sociedade Maxakali de Minas Gerais (MG).

Neste entendimento, segundo a autora "O objetivo desse ensaio é de contribuir para esse debate, por intermédio de um caso particular, o das crianças Maxakali e o papel que desempenham dentro do processo de escolarização" (Alvares, 2004, p. 52). Sobre as considerações finais, a autora menciona que "Nas aulas para as crianças, são os conhecimentos da própria cultura – principalmente, a língua e os cantos rituais – a matéria necessária para a formação da pessoa" (Alvares, 2004, p. 52). Além disso, "[...] a socialização dessas formas de transmissão de conhecimento tradicional, através da dimensão escolar, que os Maxakali consideram como o maior valor conseguido através da escola" (Alvares, 2004, p. 52). Acerca da representação em cenário nacional, os Maxakali, utilizam a dimensão ritual, principalmente o canto, para se apresentarem para os "outros".

Na região Centro-Oeste (estado de Mato Grosso do Sul) selecionamos a revista Tellus. Os trabalhos localizados foram: Tassinari (2007), Feitosa e Vizolli (2022) e Santino e Ciríaco (2022).

Tassinari (2007, p. 11) objetiva abordar "[...] questões que vêm sendo exploradas na etnologia sobre a sociabilidade e o pensamento das populações das Terras Baixas da América do Sul, destacando concepções relativas à educação e à responsabilidade dos adultos nos cuidados com as crianças". Tassinari (2007, p. 11) conclui que, ao contrário da visão: "[...] adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre categorias cosmológicas de grande rendimento e reconhece nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos [...]", potenciais produtores de sociabilidade.

Feitosa e Vizolli (2022, p. 109) tiveram como objetivo "[...] deslindar percepções imagéticas de aprendizagens da educação indígena e educação escolar indígena, representadas por crianças Mëbêngôkre-Kayapó em processo de escolarização na aldeia

A produção sobre infância indígena em periódicos de antropologia brasileiros

Gorotire" a aldeia citada está localizada no município de Cumaru do Norte (PA). Segundo os autores, a pesquisa desenvolveu-se "[...] à luz da análise de imagem de oito desenhos criados pelas crianças, com interlocuções de narrativas orais de seis Mëbêngôkre-Kayapó adultos escolarizados" (Feitosa; Vizolli, 2022, p. 109). Nas considerações finais, os autores afirmam que a:

[...] educação indígena Mëbêngôkre-Kayapó é significada pelo pertencimento ao território, integração com o meio ambiente, cotidiano familiar e comunitário, tradição cultural e realização de atividades desempenhadas entre homens e mulheres, ao passo que, na educação escolar indígena, as aprendizagens são reveladas no contexto educacional ocidental, com atividades coletivas desenvolvidas no mesmo espaço e tempo.

As aprendizagens estão presentes no mesmo território, entretanto, elas não se comunicam, porque "[...] o traço que compõe os desenhos criados sugerem que não há o entrelaçamento oriundo de cada processo educacional" (Feitosa; Vizolli, 2022, p. 109).

Santino e Ciríaco (2022, p. 10) após realizarem um curso de extensão com a temática indígena, objetivaram "[...] compreender quais são os impactos deste curso à promoção de práticas pedagógicas que valorizem a Interculturalidade na perspectiva da Etnomatemática" com foco na cultura Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. No que diz respeito à produção dos dados "[...] adotou-se uma descrição e análise do percurso vivenciado pelo grupo de cursistas, bem como de um roteiro de entrevista semiestruturado realizado com duas colaboradoras" (Santino; Ciríaco, 2022, p. 10). Nas considerações finais, os autores evidenciaram que: "[...] as professoras têm dificuldade em ensinar os conteúdos matemáticos e interagir com crianças indígenas" (Santino; Ciríaco, 2022, p. 10), porque elas tentam "[...] valorizar a cultura indígena de maneira estereotipada, no dia 19 de abril, reforçando a imagem do indígena como um sujeito isolado da cultura urbana, sem acesso à tecnologia" (Santino; Ciríaco, 2022, p. 10).

Na Região Sudeste (estado de São Paulo) selecionamos a Revista de Antropologia da UFSCar. Os artigos foram: Beltrame (2013), Sobrinho (2019), Refatti (2019), Pena e Silva (2019), Carvalho e Maciel (2019), Cariaga, Nascimento e Pereira (2019), Lucas e Urquiza (2019), Sarneto e Daolio (2019), Ferreira (2019), Tassinari, Jesus e Melo (2019), Silva, Tempass e Garcia (2019), Rebelo e Raiol (2019), Oliveira, Assis (2019), Marqui (2019) e Nascimento, Vieira e Silva (2019).

Beltrame (2013, p. 111) objetiva discutir "[...] a escola dos Xikrin do Bacajá a partir de uma pesquisa de campo realizada na aldeia Mrotidjãm", procurando destacar algumas "[...]

situações que se mostraram relevantes durante o período em que acompanhei as crianças Xikrin nas aulas e em outros momentos no cotidiano da aldeia, junto com as falas dos homens que diziam o que consideravam uma boa escola" (Beltrame, 2013, p. 111). Ao concluir, Beltrame (2013, p. 123) evidencia que "[...] A escola não é anunciada como algo ruim, ela é vista como algo bom e que precisa ser ampliada em sua capacidade de receber mais estudantes e que estes permaneçam mais tempo nas salas de aula".

O artigo de Sobrinho (2019, p. 233) objetivou "[...] adentrar no cotidiano das crianças Sateré-Mawé, estabelecendo, a partir do movimento de partilhar dos seus modos de vida, uma possibilidade de compreensão de como esse grupo da infância concebe o mundo e a escola [...]", com base em suas brincadeiras, relações de pares, canto, desenho e momentos de partilhar a vida na comunidade e nas escolas.

O autor, frente às conclusões, evidenciou que, se as crianças SateréMawé não se adaptarem as formas padronizadas e obedientes serão "[...] concebidas pela escola como incapazes, como aquelas que não aprendem, não progridem, pois não seguem as regras postas pela cultura escolar, no seu mais puro sentido de "didatização" do conhecimento [...]" (Sobrinho, 2019, p. 248). O autor considera ainda que a educação e cultura "[...] para esse grupo social de crianças, ainda representa um problema que se assenta entre a tradição e a reprodução ideológica, onde se evidencia fortemente um espaço de fronteiras". (Sobrinho, 2019, p. 232).

Refatti (2019, p. 123) objetivou discutir "[...] os modos como os Ava-guarani vivenciam a experiência do sonhar e os seus desdobramentos no cotidiano da aldeia Ocoy". A aldeia está localizada no estado do Paraná, a autora apresenta uma breve discussão "[...] sobre a infância indígena e sobre o modo como as crianças são iniciadas na experiência do sonhar, a partir da análise de dois desenhos e de narrativas oníricas feitas por algumas crianças do Ocoy" (Refatti, 2019, p. 123). Nas considerações finais, a autora evidencia "[...] que experiência onírica pode ser entendida enquanto fonte de conhecimento, uma vez que a atividade de sonhar para os Guarani é algo que se aprende e se ensina [...]" (Refatti, 2019, p. 123). Esta experiência também é um processo de suma relevância para a transmissão de saberes desde a mais tenra idade.

Pena e Silva (2019, p. 65) objetivaram "[...] caracterizar os cuidados e a educação na constituição das corporalidades das crianças pequenas do povo indígena Xakriabá, Minas Gerais, Brasil". Como referencial teórico, utilizaram autores da infância indígena como

Araujo (2014), Cohn (2000), Limulja (2007), Silva (2008), Melatti e Melatti (1979), Nascimento, Urquiza e Vieira (2011), Pereira (2014), Silva (2011) e Tassinari (2007/2009). Nas considerações finais, Pena e Silva (2019, p. 65) evidenciam que "As orientações quanto a práticas de alimentação, as massagens, os benzimentos e as simpatias revelam as noções do grupo sobre o desenvolvimento da criança frente ao ideal de corpo belo e saudável, o que envolve a participação da comunidade [...]".

Carvalho e Maciel (2019, p. 101) objetivaram "[...] reunir aspectos teórico-etnográficos que contribuam para as discussões acerca dos processos tradicionais indígenas de aprendizado, lançando o olhar sobre o protagonismo das crianças". As crianças kalapalo do Território Indígena do Xingu, estão localizadas no estado do Mato Grosso. A autora e o autor trataram das "[...] relações entre as diferentes categorias de conhecimento, "tradicionais" e kagaiha ("de branco"), mobilizadas na aldeia e em seus entornos, e o processo mais amplo de fabricação do corpo e da Pessoa" (Carvalho; Maciel, 2019, p. 101). Ao finalizar o estudo, Carvalho e Maciel (2019, p. 119) evidenciaram que as crianças não param de aprender "[...] tanto os chamados conhecimentos tradicionais dos Kalapalo, quanto, ao mesmo tempo, os conhecimentos (e coisas) do mundo dos brancos. Um tipo de conhecimento ou uma forma de aprendizagem não anula o outro".

Cariaga, Nascimento e Pereira (2019, p. 282) objetivaram apresentar "[...] debates e reflexões sobre os efeitos da extensão das políticas de proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes aos Kaiowá e Guarani" localizados no Mato Grosso do Sul. Nas considerações finais, Cariaga, Nascimento e Pereira (2019, p. 282) anunciam que: O contexto de vida destes povos indígenas "[...] é marcado por intensas transformações na paisagem política e nos modos de habitação ao longo do século XX, devido à criação de áreas destinadas ao reservamento das famílias extensas pelos órgãos indigenistas do Estado Nacional". Por este motivo um dos desafios dos genitores "[...] é produzir pessoas em um cenário de vida distante das prerrogativas e moralidades que compõem o tekoporã (modo ideal de ser e de viver)". (Cariaga; Nascimento; Pereira, 2019, p. 282).

Lucas e Urquiza (2019, p. 253) objetivam "[...] apresentar a questão da regulamentação fundiária e a situação das crianças em moradias móveis". Para isso, os procedimentos metodológicos foram próprios da Antropologia, como, por exemplo, o trabalho de campo, a observação participante e diário de campo. Ao finalizar o estudo, Lucas e Urquiza (2019, p. 253) mencionaram que: "Ao analisar a realidade do constante trânsito

das crianças da aldeia Pakurity pudemos perceber a ausência do Estado, bem como a ausência de políticas públicas e, sobretudo, o desrespeito aos direitos humanos". Por fim, Lucas e Urquiza (2019, p. 253) anunciaram que a "[...] situação de ir-e-vir exigida pela forma de moradias móveis, os indígenas são unânimes em dizer, inclusive as crianças, que preferem morar na aldeia Pakurity".

Sarneto e Daolio (2019, p. 184) objetivaram apresentar "[...] um estudo etnográfico, consubstanciado por registros fotográficos, que buscou compreender a presença da instituição escolar no contexto da dinâmica cultural produzida pela etnia indígena Bororo", localizada no estado de Mato Grosso. Nas considerações finais, Sarneto e Daolio (2019, p. 183) salientaram que os Bororo resignificaram e passaram a considerar a escola "[...] como local importante de se ensinar, de aprender e de ser criança [...]" no que diz respeito a sua dinâmica cultural. Além disso, destacaram que a criança que está inserida "[...] na dinâmica da educação escolar, como no contexto da educação indígena, assume posturas que transitam entre tradição e modernidade que revelam tensões e implicam diferentes formas de se manifestar, aprender e ser criança" (Sarneto; Daolio, 2019, p. 183).

Ferreira (2019, p. 83) objetivou realizar uma pesquisa "[...] a respeito dos processos de construção de conhecimento das crianças nas formas coletivas do saber compartilhado do povo Kaingang". Os resultados deste estudo evidenciaram que as "[...] crianças são mais autônomas, pois o seu aprender está baseado no ouvir, observar e experimentar [...]" nos espaços tradicionais do cotidiano da comunidade (Ferreira, 2019, p. 83). Ampliou destacando que "[...] a escola aparece como mais um lugar que, gradativamente, está sendo resignificado pelas crianças, professores indígenas e de forma mais geral pelos Kaingang, como espaço de diálogo entre os conhecimentos indígenas e não indígenas" (Ferreira, 2019, p. 83).

Tassinari, Jesus e Melo (2019, p. 401) objetivaram abordar a diversidade "[...] de concepções de infância indígena no sul do Brasil, a partir dos trabalhos apresentados pelos acadêmicos Guarani, Kaingang e Xokleng na disciplina Infância Indígena, durante o Curso de Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica/ UFSC". Frente ao trabalho desenvolvido, os autores consideram que o esforço realizado "[...] gerou uma maior atenção às formas próprias de conceituar a infância e à necessidade de promover seu reconhecimento ou inclusão no cotidiano escolar" (Tassinari; Jesus; Melo, 2019, p. 421).

A produção sobre infância indígena em periódicos de antropologia brasileiros

Silva, Tempass e Garcia (2019, p. 204) objetivaram apresentar um estudo sobre a infância indígena Mbyá-Guarani "[...] com foco nos processos educativos. Foram investigadas as interconexões a partir das concepções da Sociologia da Infância, da Antropologia da Criança e dos aspectos que transpassam a Educação Ambiental". Os autores realizaram a pesquisa com os povos indígenas que estão localizados no Rio Grande do Sul. Nas considerações finais, evidenciaram que as "[...] crianças indígenas da Tekoá Pindó Mirim são atores sociais plenos, que tem autonomia e responsabilidades frente ao coletivo, e que as aprendizagens ocorrem no cotidiano de vida na aldeia" (Silva; Tempass; Garcia, 2019, p. 204). Acreditam ainda que: "Essas experiências de educação e cuidado podem apresentar importantes contribuições para o campo da formação dos educadores" (Silva; Tempass; Garcia, 2019, p. 204).

Rebelo e Raiol (2019, p. 348) objetivaram analisar "[...] se a intervenção da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente leva em consideração as perspectivas de infância professadas por esses povos, ou se reproduz uma ordem jesuítica similar àquela da época colonial do país". Tiveram como base três casos envolvendo crianças de povos indígenas submetidas a situação de risco. Ao findar, compartilharam três conclusões "[...] A primeira conclusão diz respeito à origem não-indígena das mais graves situações de risco a que estão sujeitas muitas crianças de povos indígenas" (Rebelo; Raiol, 2019, p. 348). A segunda conclusão, "[...] por sua vez, diz respeito à pouca, quando não à falta propriamente dita, [da] participação dos povos indígenas nas políticas públicas indigenistas, negando-lhes o protagonismo na tomada de decisões que lhes diz respeito diretamente" (Rebelo; Raiol, 2019, p. 348).

Já a terceira conclusão que os autores chegaram diz respeito à Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, uma vez que não se questiona que "[...] diante de situações de risco, ela intervenha, mas sua intervenção, num primeiro momento, deve ocorrer de modo a se adequar às peculiaridades do caso, para então, em um segundo momento, atenda às perspectivas indígenas de infância" (Rebelo; Raiol, 2019, p. 348) similar ao que ocorreu no caso das gêmeas da etnia Araweté.

Oliveira, Assis (2019, p. 331) objetiva analisar o modo como a Antropologia da Criança no Brasil "[...] vem contribuindo para rediscutir as bases culturais das normatizações dos direitos das crianças e a forma de tratamento dos agentes envolvidos em suas aplicações, buscando abordá-la como subsídio científico para a reconfiguração

intercultural" desses direitos e serviços. Nas considerações finais, Oliveira, Assis (2019, p. 343) reforça o quão relevante é a abertura dos espaços institucionais de gestão dos direitos "[...] das crianças às vozes e às contribuições oriundas dos povos e comunidades tradicionais, seja para o planejamento prévio da forma de atendimento a ser ofertada, seja para o trabalho com os casos específicos da lida diária".

Marqui (2019, p. 140) objetiva descrever "[...] as experiências de aprendizado das crianças Baniwa da comunidade de Vista Alegre no rio Cuiari, na TI Alto Rio Negro e procura refletir sobre os modos de transmissão e produção de conhecimentos infantis". Sobre os resultados, Marqui (2019, p. 158) finaliza com base em Aracy Lopes da Silva, evidenciando que considera o "[...] "brincar-experimentar-trabalhar-descobrir-aprender" [...] das crianças indígenas possibilitam a reflexão sobre os modos de transmissão e produção de conhecimentos que as recentes análises de infâncias indígenas têm designado pela noção do saber-fazer".

Nascimento, Vieira e Silva (2019, p. 389) objetivaram "[...] trazer contribuições para as discussões dos estudos sobre criança/infância indígena e as suas singularidades". Com foco na etnia Guarani e Kaiowá. Ao concluir o estudo, nas considerações finais, Nascimento, Vieira e Silva (2019, p. 397) enfatizam que as pesquisas realizadas pelos próprios povos indígenas, bem como a construção de metodologias próprias com estratégias outras "[...] orientadas pelas suas pedagogias, pela oralidade, pelas suas cosmovisões, particularmente pela representação/cosmovisão que têm de criança/infância indígena, muito há para se conhecer sobre a construção étnica das crianças" e das suas compreensões e concepções de mundo. Na Região Sul (estado de Rio Grande do Sul) selecionamos a revista Espaço Ameríndio. Os trabalhos escolhidos foram: Zoia e Peripolli (2010), Padawer (2010), Cariaga (2015), Santana e Cohn (2018), Silva e Franco (2020), Ramos, Freitas, Tezzari e Nobre (2021), Arruda e Zoia (2021) e Santino e Ciríaco (2021).

Zoia e Peripolli (2010, p. 9) objetivaram "[...] evidenciar como vivem e como são educadas as crianças indígenas da comunidade Terena do Norte de Mato Grosso e quais são as concepções de infância que se fazem presentes entre os membros dessa comunidade". Além disso, os autores tomaram "[...] a infância nos mais diversos contextos, buscamos analisar como esse processo educativo vem se desenvolvendo e quais são as concepções de infância presentes entre adultos e crianças deste grupo" (Zoia; Peripolli, 2010, p. 9). Um ponto destacado, em conclusão, pelos autores fora o fato de que na etnia

Terena "O relacionamento entre as crianças dentro da comunidade é muito bom. Não observamos a formação de grupinhos fechados, todos se tratam como se fossem irmãos ou, como eles mesmos dizem, como parentes" (Zoia; Peripolli, 2010, p. 22).

Notaram ainda que o brincar sempre está presente entre as crianças, bem como "[...] a noção de tempo que é dispensada para o aprendizado: para os povos indígenas é muito diverso da nossa noção imediatista de resultados" (Zoia; Peripolli, 2010, p. 23).

Em seu artigo, Padawer (2010, p. 52) pesquisadora Argentina, buscou analisar as normativas "[...] de los derechos del niño referidas a la erradicación del trabajo infantil en los países del Cono Sur en los que actualmente vive población mbyá-guaraní (Paraguay, Brasil y Argentina) [...]", bem como a sua relação com a incorporação das crianças nas atividades produtivas tradicionais. Nas considerações finais, a autora destacou que as atividades produtivas que as crianças e jovens indígenas, mbyá de San Ignacio, participaram ou que poderiam participar "[...] no involucran un trabajo asalariado, no constituyen mano de obra subsumida en relaciones asalariadas de los adultos" (Padawer, 2010, p. 76).

Por fim, a autora enfatiza a importância da participação das crianças e jovens na produção de materiais artesanais, tendo em vista que: "[...] es por definición una actividad tradicional indígena y su potencialidad como experiencia formativa es significativa" (Padawer, 2010, p. 78), no entanto, ela alerta para o fato de que eles não devem participar da comercialização dos produtos "[...] ya que no parece implicar conocimientos sustantivos y sí, en cambio, traslados agotadores e interacción en contextos de riesgo" (Padawer, 2010, p. 78).

O estudo de Cariaga (2015, p. 226) buscou problematizar "[...] questões sobre modos de fazer usos da "cultura" no contexto das relações entre os Kaiowa que vivem em Te'yikue (...) e as agências que configuram a rede de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente". A título de contextualização Te'yikue é uma terra indígena no município de Caarapó – MS. Assim, o autor demonstrou "[...] o efeito das transformações na socialidade kaiowa e guarani a partir de contextos de enunciação onde a cultura e a "cultura" emergem como operações reflexivas e objetificadoras tanto para os Kaiowa e os Guarani quanto para os não indígenas" (Cariaga, 2015, p. 226). Cariaga (2015, p. 253) conclui que:

[...] simetizam lógicas distintas na produção de formulações e enunciados que garantam que as crianças que vivem no tempo de hoje – ko'anga mitãguare - possam produzir modos de conhecer e ser que assegurem que as gerações futuras elaborem sua socialidade de modo ajustado aos cenários que virão.

Santana e Cohn (2018, p. 50) objetivaram "[...] compreender como a escola tem produzido Tupinambá fortes na cultura (...) como são construídas pessoas tupinambá a partir da escola e dos discursos relacionados ao estar na cultura, a partir das "condições de socialidade"". Nas considerações finais, Santana e Cohn (2018, p. 74) ressaltaram que "[...] A escola impregna os Tupinambá de força, produz corpos aparentados e tem sido um dos vetores acionados na produção de pessoas sabidas, o que implica na valorização e vivência da cultura [...]" (Santana; Cohn, 2018, p. 74), bem como na "[...] compreensão de que é preciso capturar a leitura e a escrita, na medida em que, como ouvi de um estudante, é preciso ter índio estudado para cuidar dos parentes" (Santana; Cohn, 2018, p. 74).

Silva e Franco (2020, p. 347) objetivaram "[...] analisar a educação tradicional, nos costumes kaingang, e a escola indígena kaingang, tendo como referência a comunidade do Setor Vãgvãsa-Taquaruçu, na Terra Indígena Guarita".

Segundo a autora e o autor, ao realizarem o trabalho de campo foram muito bem recebidos pela direção da escola e pelos professores, tiveram a oportunidade de participar de brincadeiras com os alunos, tendo em vista que eles são bem interativos. Além disso, foi realizado entrevistas com professores indígenas atuantes na escola.

Nas considerações finais, apontaram que "[...] o povo kaingang, dentro da terra indígena, possui uma organização social própria e fora dela conhece sua identidade, o sentido de liberdade e autonomia em buscar seus direitos garantidos pela lei" (Silva; Franco, 2020, p. 356). Em outras palavras, a escola pesquisada está preparando os alunos indígenas para que não ocorra futura negação em relação à identidade indígena.

Ramos, Freitas, Tezzari e Nobre (2021, p. 252) tiveram como objetivo "[...] destacar e analisar, de maneira sintética, o que vem sendo produzido em literatura infantil indígena, culminando na elaboração de uma história infantil indígena com tradução para o Guarani". "A metodologia tem caráter qualitativo, com lentes que a aproximam da etnografia. A partir da aproximação da cultura Kubeo, fez-se possível produzir uma história: "Kubai, o Encantado", com traduções para o Guarani" (Ramos; Freitas; Tezzari; Nobre, 2021, p. 252). Nas considerações finais, os autores advogam que:

A produção sobre infância indígena em periódicos de antropologia brasileiros

A produção da história de "Kubai, o Encantado" ofereceu-se em duas línguas para proporcionar o acesso também à língua Guarani para os que desconhecem essas línguas do "nosso" país, se pensarmos em um país inclusivo, e, também, para que crianças falantes de Guarani possam acessar o português de forma mais lúdica, distante de um passado de imposição (Ramos; Freitas; Tezzari; Nobre, 2021, p. 270).

Arruda e Zoia (2021, p. 271) buscaram "[...] trazer para o debate os diferentes olhares sobre as produções culturais infantis narradas nos contextos de vidas coletivas, as aldeias Cinta Larga". Neste sentido, observaram e registraram as produções das crianças indígenas.

Nas considerações finais relatam que "O estudo com crianças indígenas nos convida a refletir sobre o modo de olhar, sentir e deixar-se afetar pelas produções e expressões criadas e reproduzidas por elas" (Arruda; Zoia, 2021, p. 281). Além disso, o autor relatou que a aprendizagem só pode ser coletiva "[...] pela participação da comunidade, transformando a escola e a prática docente, que cercam a vida dentro e fora da aldeia. É neste sentido que observamos as concepções de infância que estão presentes na comunidade indígena" (Arruda; Zoia, 2021, p. 281), que são elas: criança-criança, "[...] que seria aquela criança que tem o seu tempo de ser criança, de brincar com as demais, de correr, de tomar banho de rio, enfim, de ser criança" (Arruda; Zoia, 2021, p. 281); a criança-aluno, "[...] aquela criança escolarizada que vai na escola aprender o "saber institucionalizado" (Arruda; Zoia, 2021, p. 281); e, por fim, a criança-povo, "[...] que é aquela que carrega a esperança de toda a comunidade de preservar as tradições, os ritos, a língua, a cultura" (Arruda; Zoia, 2021, p. 281).

Santino e Ciríaco (2021, p. 113) com base nas experiências de um curso de extensão na temática indígena, objetivaram "[...] compreender impactos deste à promoção de práticas pedagógicas que valorizem a Interculturalidade na perspectiva da Etnomatemática desde a infância". No que diz respeito às questões metodológicas, o artigo descreveu e analisou de maneira prévia as respostas de um questionário. Os autores apontaram para o fato de que existem "[...] algumas barreiras para que o atendimento à infância indígena se faça de forma mais inclusiva" (Santino; Ciríaco, 2021, p. 113), tendo em vista que as professoras anunciaram a "[...] língua nativa [Guarani] como fator determinante às dificuldades no processo de exploração das noções matemáticas, justamente por não compreenderem os termos adotados pelas crianças" da etnia Guarani e Kaiowá (Santino; Ciríaco, 2021, p. 113).

5. Apreciação crítica das publicações

Ao realizar a análise crítica e reflexiva acerca dos trabalhos selecionados, pudemos observar que grande parte das pesquisas são recentes, por exemplo, do total de 28, 15 artigos foram publicados em 2019 e três em 2022. Sobre os referenciais teóricos recorridos pelas/os autoras/es, verificamos que há pesquisas de 1975 até 2019. Pensando a infância indígena, as autoras mais citadas nos trabalhos são: Clarice Cohn e Antonella Maria Imperatriz Tassinari. Acerca da metodologia adotada pelas/os autoras/es, a investigação qualitativa tem predominância e a incidência dos estudos recaem na Antropologia, mais especificamente na etnografia. No que diz respeito à origem dos artigos, encontramos publicações que são fruto de resultados de teses, dissertações e ensaio fotográfico.

De modo geral, evidenciamos que os trabalhos chegam a conclusões similares, por exemplo, com base no mapeamento, fora possível verificar a preocupação dos diferentes povos indígenas em fortalecer a cultura e incentivar a autonomia das crianças indígenas, evidenciando a necessidade dos não indígenas conhecerem mais profundamente as diferentes infâncias indígenas brasileiras. As temáticas elegidas pelas/os investigadoras/es foram as mais diversas possíveis. Dentre elas, a festa que marca a passagem da menina para mulher, criança indígena retirada dos pais, importância da escola, a língua como elemento que fortalece a cultura e facilita a aprendizagem, desenho realizado pelas crianças indígenas para compreender sobre sua visão de mundo, desconstruir a ideia de povos indígenas estereotipados, principalmente, no dia dos povos indígenas ("dia do índio"), direito à interculturalidade, criação de história na língua Guaraní e problematizações sobre o trabalho infantil e cultura.

Todos os trabalhos são de elementar importância, sugerimos a leitura na íntegra, entretanto, para este momento de apreciação crítica, enfatizamos o estudo de Tassinari, Jesus e Melo (2019), justamente por este artigo fazer ecoar vozes dos povos Guaraní, Kaingang e Xokleng em relação ao ser criança dentro de sua cultura. Além deste, destacamos ainda os estudos que objetivaram compreender, reconhecer, valorizar e, por fim, divulgar os conhecimentos dos povos indígenas brasileiros, este movimento fortalece a urgência de pensarmos conhecimentos outros que não somente o eurocêntrico (Alvares, 2004; Monteiro, 2018; Carvalho; Maciel, 2019).

Com estes trabalhos, mais pessoas, não indígenas e indígenas, poderão compreender a existência de "dois mundos" distintos entre si, mas que ao mesmo tempo

os conhecimentos podem ser complementares uns aos outros e não há a necessidade de um ser "melhor/superior" ao outro, eles podem coexistir. No geral, todos os textos selecionados, de uma forma ou outra, apontam para a necessidade de reconhecermos as diferentes culturas e infâncias indígenas presentes em publicações de periódicos das cinco regiões brasileiras, mesmo estas não contemplando todos os estados e/ou regiões.

Acreditamos que este artigo oportuniza verificar quais estudos estão sendo invisibilizados como é o caso, por exemplo, da Educação Infantil indígena. Com base nos critérios de inclusão aqui elegidos, não identificamos nenhum trabalho que teve como objetivo principal estudar a exploração matemática por meio das brincadeiras indígenas. Este dado, fortalece a necessidade de ampliar trabalhos que tomem como referência a ampliação do quadro analítico e interpretativo da questão antropológica da infância indígena com destaques para discutir a educação de crianças menores de seis anos, dado o contexto migratório que ocorre no Mato Grosso do Sul e a urgência de compreender mais acerca do povo Guarani e Kaiowá e os seus modos próprios de conhecer/compreender a Matemática.

6. Considerações finais

Ao longo do artigo tivemos como objetivo apresentar resultados de um mapeamento de artigos científicos publicados em periódicos de Antropologia sobre infância indígena. Foi possível evidenciar a preocupação das investigações em valorizar os diferentes conhecimentos e as diferentes infâncias dos povos indígenas brasileiros, neste recorte apresentado. Evidenciamos a carência de pesquisas, essencialmente no Norte e Nordeste do país, uma vez que ao verificar os textos em tais regiões não houve menção das infâncias presentes nestes contextos como, por exemplo: Ticuna, Macuxi e Yanomami (Norte), Pankararú, Atikum, e Tupinambá (Nordeste), dentre outras.

Ao que tudo indica, precisamos ressaltar que os saberes e conhecimentos da cultura indígena têm valor para as sociedades indígenas e não indígenas. Parece ainda haver, em pleno século XXI, desvalorização e estereótipos no que diz respeito à cultura tradicional dos povos originários.

Em síntese, os trabalhos localizamos nos periódicos apontam para a necessidade de reconhecermos as diferentes infâncias indígenas que integram a pluralidade cultural brasileira. Com base na experiência de contato com a produção da área, é possível afirmar que a Educação Infantil indígena ainda é um campo pouco explorado quando o assunto

envolve questões étnicas da diversidade de povos originários existentes na contemporaneidade, o que faz desta constatação uma necessidade emergente em investigações.

Referências

ALVARES, Myriam Martins. Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, v. 15, n. 1, p. 49-78. 2004. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/23609>

Acesso em: 19 set. 2021.

ARRUDA, Silbene Ferreira de; ZOIA, Alceu. A infância Cinta Larga: narrativas do/no contexto escolar. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 271-284, Mai./Ago. 2021.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/101226>

Acesso em: 19 set. 2021.

BELTRAME, Camila Boldrin. Relato etnográfico sobre a escola dos Xikrin do

Bacajá. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v.5, n.2, Jul./Dez., 2013. Disponível em:

<https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/101> Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CARIAGA, Diógenes Egidio. “E quando a “cultura” vira um problema?”: relações entre a educação das crianças kaiowa e guarani e a rede de garantia de direitos em Te’yíkue,

Caarapó – MS. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 226-256, Jul./Dez. 2015.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/58373>

Acesso em: 19 set. 2021.

CARIAGA, Diógenes Egidio; NASCIMENTO, Silvana Jesus do; PEREIRA, Levi Marques. Os problemas nos direitos: os efeitos da extensão das políticas de direitos da criança e adolescente entre os Kaiowá e Guarani. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11, n. 1,

Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/286>

Acesso em: 19 set. 2021.

CARVALHO, Veronica Monachini de; MACIEL, Lucas da Costa. O quê e o como aprender: as crianças kalapalo e algumas problematizações em torno do conhecimento. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em:

<https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/276> Acesso em: 19 set. 2021.

CIRÍACO, Klinger Teodoro. Apresentação – Entre o idioma das árvores e o perfume do sol.

In: AZEVEDO, Priscila Domingues de; CIRÍACO, Klinger Teodoro. **Outros olhares para a**

Matemática: experiências na Educação Infantil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

Disponível em: [https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/outros-olhares-para-](https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/outros-olhares-para-amatematica-experiencias-na-educacao-infantil/)

[amatematica-experiencias-na-educacao-infantil/](https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/outros-olhares-para-amatematica-experiencias-na-educacao-infantil/) . Acesso em: 5, maio. 2023.

A produção sobre infância indígena em periódicos de antropologia brasileiros

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FEITOSA, Leni Barbosa; VIZOLLI, Idemar. Narrativas imagéticas de crianças Mëbêngôkre-Kayapó: educação indígena e educação escolar indígena na aldeia Gorotire. **Tellus**, Campo Grande, MS, n. 47, p. 109-136, Jan./Abr. 2022. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/805> Acesso em: 19 set. 2021.

FERREIRA, Bruno. As crianças Kaingang: educação escolar e os processos próprios de aprendizagem. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/275> Acesso em: 19 set. 2021.

SILVA, Ivone Jagnigre da; FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. Educação Kaingang e educação escolar Kaingang: um exemplo de bem estar e bem viver. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 346-359, Jul./Dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/100653> Acesso em: 19 set. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

LORENZATO, Sérgio. **Educação Infantil e a percepção da matemática**. 2^o. ed. rev. ampliada – Campinas. SP: Autores associados, 2008.

LUCAS, Sônia Rocha; URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera. Crianças indígenas da aldeia Pakurity e as moradias móveis: nova forma de resistência em área de retomada. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/285> Acesso em: 19 set. 2021.

MARQUI, Amanda Rodrigues. Situações de aprendizagem das crianças Baniwa na comunidade de Vista Alegre, noroeste amazônico. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/278> Acesso em: 19 set. 2021.

NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis; SILVA, Antonio Carlos Seizer da. (Con) textos das pesquisas com crianças/infâncias indígenas no Mato Grosso do Sul. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11 n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/294> Acesso em: 19 set. 2021.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Wyrâu'haw: a Festa da Menina-Moça do povo indígena Tenetehara/Guajajara. **Amazônica - Revista de Antropologia**. v. 11, n. 2, p. 873 – 882, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6591> Acesso em: 19 set. 2021.

OLIVEIRA, Assis da Costa. O que a Antropologia da Criança pode fazer pela construção intercultural dos direitos das crianças no Brasil?. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11 n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/290> Acesso em: 19 set. 2021.

PADAWER, Ana. La protección de los derechos de la infancia Mbyáguaraní: aportes de la etnografía en la problematización de las experiencias formativas. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 52-81, Jul./Dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/12403> Acesso em: 19 set. 2021.

PENA, Erica Dumont; SILVA, Rogério Correia da. Nas casas, nos quintais, com a comunidade: cuidado e educação das crianças pequenas Xakriabá. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11 n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/274> Acesso em: 19 set. 2021.

POUPART, Jean.; PIRES, Alvaro.; GROULX, Lionel Henri.; DESLAURIERS, Jean-Pierre.; MAYER, Robert. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos, v. 2, 2008.

RAMOS, Raquel; FREITAS, Cláudia Rodrigues de; TEZZARI, Mauren Lucia; NOBRE, Jeruza Santos. Literatura infantil indígena: Kubai, o Encantado. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 252-273, Set./Dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/111423> Acesso em: 19 set. 2021.

REBELO, Romário Edson da Silva; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. Além da Doutrina da Proteção Integral: rumo às perspectivas indígenas de infância. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11 n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/291> Acesso em: 19 set. 2021.

REFATTI, Denize. Os sonhos da criança Ava-guarani: circulação de saberes e autonomia da infância indígena através da participação na experiência onírica na aldeia Ocoy/Pr. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11 n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/277> Acesso em: 19 set. 2021.

ROSA, Marlise. Tecnologias de governo na gestão de uma população indígena em situação de deslocamento forçado: entre a proteção e o controle da infância warao. **Amazônica - Revista de Antropologia**. v.14, n. 2, p. 302 – 324, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/12585> Acesso em: 19 set. 2021.

SANTANA, José Valdir Jesus de; COHN, Clarice. A escola dos Tupinambá de Olivença-BA: alguns apontamentos. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 50-80, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/74805> Acesso em: 19 set. 2021.

SANTINO, Fernando Schindwein; CIRÍACO, Klinger Teodoro. “O essencial é invisível aos olhos”: percepções acerca da interculturalidade e etnomatemática no atendimento à infância indígena. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 113-133, Jan./Abr. 2021.

A produção sobre infância indígena em periódicos de antropologia brasileiros

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/103390>
Acesso em: 19 set. 2021.

SANTINO, Fernando Schindwein; CIRÍACO, Klinger Teodoro. Etnomatemática, interculturalidade e educação infantil: a formação continuada de professoras em um curso de extensão. **Tellus**, Campo Grande, MS, a. 22, n. 49, p. 9-36, Set./Dez. 2022. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/713> Acesso em: 19 set. 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Culturas infantis e interculturalidade. In: L.V. Dornelles (org), **Produzindo Pedagogias Interculturais na Infância**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 19-40.

SARNETO, Juliana Guimarães; DAOLIO, Jocimar. A criança Bororo: entre a educação escolar e a educação indígena. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11 n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/280> Acesso em: 19 set. 2021.

SILVA, Luana Santos da; TEMPASS, Martín César; GARCIA, Narjara Mendes. Infância Mbyá-Guarani e o processo educativo dos “pequenos indígenas” da Tekoá Pindó Mirim. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11 n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/281> Acesso em: 19 set. 2021.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **A Matemática na Educação Infantil**: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SMOLE, Kátia Stocco.; DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira.; CÂNDIDO, Patrícia Terezinha. **Brincadeiras infantis nas aulas de Matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac. Jeitos de ser criança Sateré-Mawé: dos elementos da cultura aos determinismos sociais da escola urbana. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11 n. 1, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/283> Acesso em: 19 set. 2021.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; JESUS, Suzana Cavalheiro de; MELO, Clarissa Rocha de. Infância indígena no Sul do Brasil: considerações a partir de uma disciplina de Licenciatura Indígena. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11, n. 1. 2019. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/295> Acesso em: 19 set. 2021.

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**, Campo Grande, MS, a. 7, n. 13, p. 11-25, Out. 2007. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/138/144> Acesso em: 19 set. 2021.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. (Ampliación de la ponencia presentada en el Seminario “Interculturalidad y Educación Intercultural”), organizado por el Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz. 2009.

ZOIA, Alceu; PERIPOLLI, Odimar João. Infância indígena e outras infâncias. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 9-24, Jul./Dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/12647> Acesso em: 19 set. 2021.

Notas

ⁱ Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>

ⁱⁱ Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas>

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus>

^{iv} Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau>

^v Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/espacoamerindio/>

Sobre os autores

Fernando Schlindwein Santino

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: fernando.santino@estudante.ufscar.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7757-8826>

Klinger Teodoro Ciríaco

Professor Adjunto do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas - DTPP - Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH - da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos-SP. E-mail: klinger.ciriaco@ufscar.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1694-851X>

Recebido em: 26/02/2024

Aceito para publicação em: 28/05/2024